



<b>Processo:</b>	<b>1000154575/2022</b>
<b>Interessado:</b>	<b>LIA FLAVIA CABRAL SILVA</b>
<b>Assunto:</b>	<b>AUTO DE INFRAÇÃO</b>
<b>DATA</b>	<b>12 de agosto de 2022</b>

## TERMO DE DESIGNAÇÃO DE RELATOR

O Coordenador (a) da Comissão de Exercício Profissional, Ensino e Formação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, designa o (a) Conselheiro (a) GABRIEL DE CASTRO XAVIER relator (a) do presente processo.

Goiânia, 12 de agosto de 2022.

### **Andrey Amador Machado**

Coordenador da Comissão de Exercício, Ensino e Formação Profissional

Considerando a implantação de reuniões deliberativas virtuais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas (art. 7º, parágrafo único c/c art. 9º, da Deliberação Plenária *Ad Referendum* n. 07/2020-CAU/BR).

### **Andrey Amador Machado**

Coordenador da CEEFP-CAU/GO

### **Guilherme Vieira Cipriano**

Assessor Jurídico e de Comissões



Processo:	1000154575/2022
Interessado:	LIA FLAVIA CABRAL SILVA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DATA	12 de agosto de 2022
RELATÓRIO E VOTO	

Trata-se de processo de auto de infração n.º 1000154575/2022 instaurado em desfavor de LIA FLAVIA CABRAL SILVA por infração ao disposto no artigo 45 da Lei 12378/2010, o que atrai as penalidades previstas no artigo 50 da mesma Lei. Consta que a profissional deixou de realizar o RRT relativo à atividade técnica de projeto de ambiente exposto na mostra Casa Cor Goiânia 2022. A interessada foi preventivamente notificada mas não apresentou regularização. Lavrado o auto de infração, foi a autuada notificada e, no prazo, não apresentou defesa. Elaborou adequadamente o RRT Extemporâneo relativo à atividade técnica faltante. Os autos foram encaminhados à CEPEF para análise.

É o suficiente relatório, passo ao voto.

Compulsando os autos verifico que a autuada elaborou adequadamente o RRT Extemporâneo para a atividade técnica fiscalizada pelo analista. O procedimento de elaboração desta modalidade de RRT, especialmente quando realizado no bojo de um processo de fiscalização, como é o caso, já comporta o pagamento da multa prevista no artigo 50 da Lei 12378/2010, nos moldes do artigo 19, II e no §2º do mesmo artigo, da Resolução n. 91 do CAU/BR.

Isto posto, é de se reconhecer que a imposição de nova penalidade, nestes autos, importaria em duplicidade de penalidade, na mesma seara, para o mesmo fato.

Assim, VOTO PELO ARQUIVAMENTO do auto de infração lavrado, nos termos do artigo 19, §2º da Resolução n. 91 do CAU/BR.

É como voto.

GABRIEL DE CASTRO XAVIER  
**CONSELHEIRO (A) RELATOR (A)**

Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional

Considerando a implantação de reuniões deliberativas virtuais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas (art. 7º, parágrafo único c/c art. 9º, da Deliberação Plenária *Ad Referendum* n. 07/2020-CAU/BR).

**Andrey Amador Machado**  
Coordenador da CEEFP-CAU/GO

**Guilherme Vieira Cipriano**  
Assessor Jurídico e de Comissões



Processo:	1000154575/2022
Interessado:	LIA FLAVIA CABRAL SILVA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DATA	12 de agosto de 2022

## FORMULÁRIO DE VOTAÇÃO

Após apreciação do relato exarado pelo Sr. (a) Conselheiro (a) Relator (a), referente ao processo supracitado, fica deliberado conforme segue a votação dos membros desta Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional:

Conselheiro Titular / Suplente	Assinatura	Voto (favorável / contra / abstenção)
<b>Andrey Amador Machado</b> (coordenador)	-	Favorável
<b>Camila Dias e Santos</b> – (membro)	-	Favorável
<b>Gabriel de Castro Xavier</b> (membro)	-	Favorável

Considerando a implantação de reuniões deliberativas virtuais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas (art. 7º, parágrafo único c/c art. 9º, da Deliberação Plenária *Ad Referendum* n. 07/2020-CAU/BR).

**Andrey Amador Machado**  
Coordenador da CEEFP-CAU/GO

**Guilherme Vieira Cipriano**  
Assessor Jurídico e de Comissões



Processo:	1000154575/2022
Interessado:	LIA FLAVIA CABRAL SILVA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DELIBERAÇÃO N.º 51/2022-CEEFP/GO	

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás – CAU/GO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 33 e art. 34 da Lei 12378, de 31 de dezembro de 2010, e o Regimento Interno do CAU/GO,

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução n.º 22 do CAU/BR, em seus artigos 19 e seguintes, quanto à competência da Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional do CAU/GO para apreciação de recurso nos processos de fiscalização.

CONSIDERANDO a emissão de relatório e parecer pelo Conselheiro Relator.

CONSIDERANDO a votação conforme folha anexa a esta Deliberação.

#### DELIBEROU:

1 – Pelo cancelamento do auto de infração lavrado e arquivamento do processo, nos moldes do artigo 19, §2º da Resolução n. 91 do CAU/BR.

2 - Notifique-se a autuada, preferencialmente via e-mail e, em seguida, arquite-se.

Goiânia, 12 de agosto de 2022.

#### Andrey Amador Machado

Coordenador da Comissão de Exercício, Ensino e Formação Profissional  
Titular

#### Camila Dias e Santos

Membro

#### Gabriel de Castro Xavier

Membro

Considerando a implantação de reuniões deliberativas virtuais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas (art. 7º, parágrafo único c/c art. 9º, da Deliberação Plenária *Ad Referendum* n. 07/2020-CAU/BR).

**Andrey Amador Machado**  
Coordenador da CEEFP-CAU/GO

**Guilherme Vieira Cipriano**  
Assessor Jurídico e de Comissões